A ALIANÇA DO PACÍFICO: FIM DE UMA PROMESSA?

Julia Borba

Conformada em 28 de abril de 2011, a Aliança do Pacífico surge no cenário regional se autodeclarando como um mecanismo de integração econômica dinâmico e pragmático. Desde então, tem sido repercutida como uma iniciativa de sucesso principalmente pela inserção internacional via comércio exterior e pela aproximação com a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e Trans-Pacific Partnership (TPP). No entanto, alguns acontecimentos recentes têm sido apontados como obstáculos ao crescimento da Aliança do Pacífico e que questionam o futuro promissor do bloco.

A Aliança do Pacífico nasce em um contexto de crise econômica global em que os impactos regionais são sentidos através do declínio da OEA, diminuição das trocas comerciais intra-bloco do Mercosul e crise da Comunidade Andina. Paralelamente, na dimensão interna, os governos dos países membros do bloco são encabeçados por partidos políticos mais à direita e cuja política exterior reflete o traço neoliberal daqueles (LALLANDE, 2014; HENDLER, 2015).

Os países se mostraram totalmente comprometidos com a globalização econômica, visto nos Tratados de Livre-Comércio. A Aliança do Pacífico surge para harmonizar e expandir os TLCs já existentes, além de consolidar uma Zona de Livre-Comércio. Com isso, o bloco busca resgatar o regionalismo aberto da década de 1990 (NOLTE; WEHNER, 2014). O regionalismo aberto da década de 1990 tinha como propósito que as políticas de integração fossem voltadas a aumentar a competitividade internacional (CEPAL, 1994).

O bloco é a expressão da visão compartilhada por seus membros quanto ao modelo de desenvolvimento pautado pela abertura comercial e inserção pela via econômica, com forte apoio e envolvimento do empresariado. Durante a Cúpula de Paranal em 2012, realizou-se uma espécie de "Cúpula Empresarial" onde se estabeleceu que um país só poderia se juntar a esta iniciativa se tiver pelo menos um TLC firmado com cada integrante do mesmo (SERRANO; GALARRETA, 2013).

No momento de sua criação, a Aliança do Pacífico surgiu como um projeto político defensivo frente aos outros organismos regionais, como o Mercosul e a Aliança Bolivariana para Nossa América, o qual buscava não adotar uma postura revisionista das regras do comércio internacional, mas que buscava se afirmar na região Ásia-Pacífico, onde os fluxos comerciais são mais intensos atualmente (SERRANO, 2017).

Uma das primeiras repercussões da constituição de um novo bloco no espaço regional foi a associação da Aliança do Pacífico à iniciativa da Área de Livre-Comércio das Américas, principalmente pela proximidade dos países daquele bloco com os EUA - todos possuem ao menos um TLC com os EUA e a participação dos países na TPP (NOLTE;WEHNER, 2014).

Até o presente momento, foram realizadas 12 Cúpulas presidenciais, onde foram discutidos temas como promoção de comércio de serviços e investimentos; guia de requisitos e supressão de visto para empresários; discussão de medidas fitossanitárias, instalação de representações diplomáticas conjuntas para atingir novos mercados; fortalecimento de grupos de promoção dos próprios países (ProExport, ProChile, ProMex e ProInversiones); integração das bolsas de valores; incentivos à pequena, média e grandes empresas; mobilidade estudantil e acadêmica; e o diálogo e aprofundamento das relações com a APEC, Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Mercosul com base na proposta do chanceler chileno, Heraldo Muñoz, de uma "convergência na diversidade" (MUÑOZ, 2014).

Em maio de 2016, entrou em vigor o Protocolo Adicional ao Acordo Marco que elimina 92% de suas barreiras tarifárias e estabelece o prazo máximo de 20 anos para a eliminação dos 8% restantes (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2016), o que leva a caracterizar o bloco como uma Zona de Livre-Comércio – primeiro estágio de uma integração regional.

Paralelamente aos seus avanços, há uma discussão se a Aliança do Pacífico é um bloco de integração regional ou de cooperação econômica. O argumento utilizado é que a "integração profunda", ainda que conste em seus documentos, corresponde ao que teóricos da integração regional apontam como um processo dividido em etapas cuja etapa final corresponde à cessão da soberania nacional dos Estados membros para uma unidade supranacional, estágio o qual os países da Aliança do Pacífico não estão dispostos a chegar (CORREDOR; VÉLEZ, 2014).

Ademais do não aprofundamento do bloco em direção a uma União Aduaneira ou Mercado Comum, recentemente a Aliança do Pacífico vem se deparando com eventos que parecem comprometer o sucesso do bloco.

Tanto o "Brexit" quanto a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos (e a retirada dos EUA do TPP) foram dois acontecimentos importantes que sinalizaram para o desgaste do discurso "pró-globalização", o qual sustenta as ações da Aliança do Pacífico.

Ademais, em maio de 2017 o comércio intrarregional da Aliança do Pacífico apresentou queda pela primeira vez desde sua criação, principalmente pela contração dos valores das exportações dos países da Aliança do Pacífico¹. Diante desses eventos, surge um questionamento: seria esse o estancamento da Aliança do Pacífico?

Ainda que os eventos citados acimas provoquem incertezas sobre a estratégia de inserção internacional da Aliança do Pacífico, se tem observado que o bloco está buscando alternativas para contornar esses desafios por meio da aproximação com outros blocos regionais, com ênfase na ASEAN e Mercosul, além da incorporação de mais membros na qualidade de Estado associado.

Em relação ao Mercosul, a Aliança do Pacífico está estreitando laços com o vizinho regional com o objetivo de enfrentar os desafios da conjuntura internacional por meio da defesa do livre-comércio e dos trabalhos em regras de origem, cooperação aduaneira, facilitação do comércio e identificação de possíveis cadeias de valor (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017a, 2017b).

_

¹ Estudo realizado pelo Centro de Investigaciones Económicas y Social (Fedesarrollo). Disponível em: http://www.20minutos.com.mx/noticia/219520/0/comercio-de-alianza-del-pacifico-entro-en-fase-de-desaceleracion/. Acesso em: 07/10/2017.

No início de setembro, a Aliança do Pacífico presidiu a reunião com os representantes de Austrália, Canadá, Nueva Zelândia e Cingapura para discutir a regularização da entrada desses novos países ao bloco por meio dos Acordos Comerciais – requisito fundamental para admissão de novos países na Aliança do Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017c).

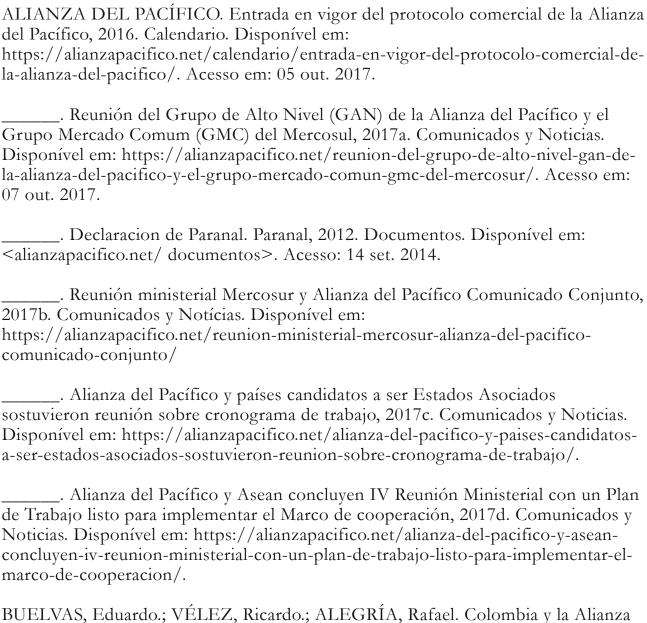
Recentemente, durante a reunião da Assembleia da Organização das Nações Unidas, a Aliança do Pacífico e a ASEAN tiveram um encontro ministerial para discutir o Plano de Trabalho 2017 – 2018 com vistas a aprofundar o Marco de Cooperação entre ambos blocos (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017d).

Portanto, ainda que o momento seja de incertezas, a Aliança do Pacífico o está tornando oportuno para que possa construir pontes entre Ásia e América, por meio da ASEAN ou associação de novos membros, e aprofundar uma "convergência na diversidade" com o Mercosul (SERRANO, 2017).

Júlia Borba

Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Pesquisadora do Laboratório de Novas Tecnologias em Relações Internacionais (LANTRI) e Observatório de Regionalismo, vinculados à Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI). Bolsista CAPES, São Paulo. Email: juli.borbagoncalves@gmail.com.

REFERÊNCIAS



BUELVAS, Eduardo.; VELEZ, Ricardo.; ALEGRIA, Rafael. Colombia y la Alianza del Pacífico: um proyecto regional de cara a la multipolaridad creciente. In: BUELVAS, E; GEHRING, Hubert (Org). Alianza del Pacífico: mitos y realidades. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2014, p. 173 – 207.

CEPAL. El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile, 1994.

HENDLER, Bruno. Correntes Políticas e Processos de integração na América Latina: A Aliança do Pacífico em comparação ao Mercosul e à ALBA. Revista Eletrônica de Ciência Política, Curitiba, vol. 6, n. 2, p.222 – 239, 2015.

LALLANDE, Juan Pablo. La Alianza del Pacífico: integración vía comercio y cooperación sur-sur. In: AYLLÓN, Bruno; OJEDA, Tahina; SURASKY, Javier (Org.) Cooperación Sur-Sur: regionalismos e integración en América Latina. 2014, p

MUÑOZ, Heraldo. Convergência na diversidade: A nova política latino-americana do Chile. Opinião. El País. 12 de março. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/12/opinion/1394642773_153377.html. Acesso em 20 de set. 2017.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. The Pacific Alliance Casts Its Cloud over Latin America. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JR, Haroldo (Org.). Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe, n. 10. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). 2014, p. 207 – 223.

SERRANO, Lorena. Is the Pacific Alliance still the Great Hope? In: JORNADAS EUROPEIAS, 9., 2017, São Paulo. In: YOUTUBE. 28 minutos (1:49:57s – 2:17:45s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g-JVFpOaPMo. Acesso em: 10 out. 2017.

SERRANO, Lorena; GALARRETA, Federico. La Alianza del Pacífico en América Latina: Contrapeso regional? Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo, n. 16, v. 8, jul/dez 2013.